

USO DA IMPRENSA PERIÓDICA COMO ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO E REIVINDICAÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS DE ESCRITA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Campos, 1914-1915

Silvia Alicia Martínez
Maria Amelia de Almeida Pinto Boynard
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF

Ao longo da década de 1980, a história cultural foi atravessada por debates que respondiam a insatisfações que a história cultural francesa das décadas de 1960 e 1970 vinha despertando entre os historiadores, que viam nela os limites próprios da história das mentalidades e da história serial da época.

Nesse contexto, Roger Chartier (1990) desenvolveu estudos que abordaram, dentre outros temas, a análise crítica de textos –ordinários ou literários, reconhecidos ou esquecidos-, a história dos livros e de todos os objetos impressos que comunicam por meio da escrita ou da imagem e, ainda, a análise das práticas que se apropriam dos bens simbólicos produzindo usos e significações diferenciadas.

Já nos anos de 1990, o historiador francês considerava que o principal objetivo da história cultural era o de indicar como - de forma diferente segundo os lugares e os tempos - as realidades se constroem, se apresentam para a leitura ou para o olhar, e como são apreendidas. Um dos pressupostos subjacentes a esta perspectiva é que as representações do mundo social se sustentam sempre nos interesses dos grupos que as forjam. Depreende-se daí que as lutas entre as classes (e também de gênero, raça e/ou credo) são lutas de representação, pondo em conflito as imagens que os grupos ou poderes acreditam dar de si mesmos e as que, contra a sua vontade, são impostas pelos seus competidores. As percepções do social, portanto, não são discursos neutros, geram estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade aos outros, a quem desqualificam; legitimam uma dominação e justificam suas eleições e condutas perante os mesmos indivíduos.

A esta perspectiva, outras foram se somando. Darnton (2001) *apud* Castillo Gómez, A. (2003) considera que os sistemas de comunicação, a cultura e o mundo simbólico não podem ser pensados como se bastassem a si próprios, mas como uma língua através da qual o poder, as relações sociais e a economia se expressam. Dessa forma, ele pensa a cultura integrada profundamente no corpo social.

Dentre as formas específicas da história cultural, encontra-se a história da cultura escrita, que centra seu objetivo na interpretação das práticas sociais de ler e escrever (Castillo Gómez, A., 2003). Portanto, os objetivos e temas da história cultural são mais amplos do que os da história da cultura escrita.

A respeito, Castillo Gómez (2003) afirma que:

"Reconstruir as conexões entre as diferentes materialidades do escrito, para compreender seu significado global numa determinada sociedade, se apresenta como referência fundamental do que deve ser a história da cultura escrita. Ela pode ser entendida como a conjunção de três histórias que tinham avançado em paralelo: a história das normas, das capacidades e dos usos da escrita; a história dos livros ou, mais amplamente, dos textos manuscritos e impressos (e eletrônicos, haveria que acrescentar); e a história das formas de 'ler'" (p. 28).

Nesse sentido, convém destacar que os historiadores da educação têm se debruçado, nos últimos anos, sobre o estudo da escola, entendida não só a partir dos dispositivos legais que a normatizavam, mas também a partir das práticas cotidianas que exerciam e dos materiais que utilizavam/produziam.

Segundo Magalhães (1998),

"No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais" (p. 61/62).

Este novo olhar sobre a escola, fruto das discussões dos historiadores da educação inspirados nos avanços teóricos da história cultural, tem

possibilitado a incorporação do estudo de novos objetos, significativos para a compreensão do funcionamento interno dessa instituição. Esses objetos, como é o caso, por exemplo, das disciplinas escolares, são analisados não apenas do ponto de vista do conteúdo como também dos materiais e das metodologias empregados para seu ensino (Julia, 2001; Vidal, 2004).

Vale lembrar aqui palavras de Vidal (2004) quando afirma que se torna "*impossível compreender a história da escola primária se não são questionados os desafios materiais e práticos que a escola teve que enfrentar*" (p. 17). O ensino da escrita é uma das problemáticas que tem canalizado, também, esses estudos.

O presente texto se insere, precisamente, na perspectiva da história da cultura escrita. Tenta entender, por um lado, as estratégias de divulgação, pela imprensa periódica, de uma nova prática de escrita -a caligrafia vertical- e, por outro, o efeito produzido por essa inovação na tradição escolar. Pretende contribuir, ainda, com os estudos sobre o ensino da caligrafia nos primeiros anos da república brasileira, relatando a experiência vivida em Campos¹, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro.

O texto retoma reflexões de Luciano Mendes Faria Filho, Diana Vidal, Silvina Gvirtz, dentre outros, que tratam do ensino da caligrafia como uma prática escolar que se materializa não apenas com o controle do corpo e dos movimentos infantis, mas que, sobretudo, expressa um momento particular na história social, política e educacional do Brasil².

Para entender a caligrafia que era ensinada no cenário fluminense da época, se utilizam dois documentos que datam de 1915, produzidos por dois professores campistas. Analisam-se, portanto, dois discursos. O primeiro deles, um artigo reproduzido em 9 de maio (Parte 1) e em 11 de maio (Parte 2) do ano de 1915, na *Coluna Ensino Primário* do jornal Monitor Campista,³

¹ Cidade situada na região norte do estado do Rio de Janeiro. Atualmente se chama Campos dos Goytacazes.

² Embora não seja objetivo desse trabalho, é preciso fazer referência a movimentos semelhantes em outros países da América Latina, como a Argentina, na mesma época.

³ O Jornal Monitor Campista foi fundado em 04/01/1834, com o nome O Campista, pelos médicos José Gomes da Fonseca Parahyba (Comendador Parahiba) e Francisco José Alyppio. Em 1835 passou a se chamar Recopilador Campista e em 1846, Monitor Campista, com a fusão dos seguintes jornais: Novo Recopilador Campista, O Monitor e o Recopilador Campista. Exercendo a função de "diário oficial" da cidade de Campos dos Goytacazes, é o terceiro jornal diário mais antigo do Brasil. Fonte: Helvio Cordeiro, arquivista do jornal.

reflete a defesa da Prof^a Antonia Ribeiro de Castro Lopes⁴, diretora de escola primária da cidade de Campos, da introdução do ensino da *caligrafia vertical* nas escolas do estado do Rio de Janeiro. O segundo, em forma de “carta-resposta”⁵, foi dirigido pelo professor de Caligrafia da Escola Normal de Campos⁶, Carlos Hamberger⁷, ao Diretor do mesmo Instituto, no ano de 1915. Nesse documento, o professor defende a tradição e a manutenção do ensino da *caligrafia inclinada* nas escolas.

Em que esses dois discursos se aproximam? Em que se afastam? Que conhecimentos pedagógicos constroem? Que preceitos de saúde e higiene manifestam? De onde falam e a quem se dirigem os dois professores, contemporâneos, ambos docentes de tradicionais escolas campistas?

Indícios⁸ de um debate sobre as novas práticas de escrita para a escola primária, no Estado do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX

Dada a originalidade e a importância dos mencionados documentos, o artigo da Prof^a Antonia Lopes (1) e a “carta” do Prof. Carlos Hamberger (2), como fontes privilegiadas de pesquisa, optamos por transcrevê-los na íntegra. Posteriormente, teceremos alguns comentários, tentando responder aos questionamentos feitos acima.

⁴ Formada em 1901, com 27 anos, pela Escola Normal Livre, a Prof^a Antonia Lopes iniciou sua docência em 1904, como regente interina da 11^a escola masculina da cidade de Campos. Em 1913 participou de Curso de Aperfeiçoamento na Escola Normal de S. Paulo, na Praça da República. Na época em que publicou os textos, 1914/1915, no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, exercia o cargo de Diretora da Escola Complementar Quinze de Novembro, na cidade de Campos.

⁵ Na impossibilidade de termo melhor, optamos por esse para designar o documento. Não possui a estrutura de uma carta (inclusive não está datado), nem a estrutura de um documento escolar oficial.

⁶ A Escola Normal de Campos funcionou, de 1894 a 1954, anexa ao Liceu de Humanidades, tradicional instituição que ministra ensino de 5^a a 8^a série do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Em 1955, o Curso Normal se transferiu para outro prédio e passou a fazer parte do Instituto de Educação de Campos. Para maiores detalhes ver Martinez e Boynard, (2004).

⁷ O professor Carlos Hamberger foi nomeado por ato do Governo de 3 de junho de 1897 para o cargo de professor da cadeira de *Caligraphia, Desenho Geometrico e de Ornato* da Escola Normal de Campos (dados retirados do Livro de Termos de Afirmação e Posse dos funcionários do Liceu e Escola Normal de Campos -1895 a 1918, p. 10vº. Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos). Foram encontrados documentos que provam que trabalhou na Escola Normal e no Liceu de Humanidades de Campos até, pelo menos, o ano de 1927.

⁸ Referência ao paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg.

(1)- MONITOR CAMPISTA, 9 DE MAIO DE 1915
COLUNA ENSINO PRIMARIO pagina: capa

“Sob o titulo - EM PROL DO ENSINO PRIMARIO, - a distincta professora D. Antonia Ribeiro de Castro Lopes, directora da Escola Complementar 15 de Novembro, desta cidade, escreveu o seguinte ao “Jornal do Commercio”:

Desde muito germina em meu cerebro a propaganda da “calligraphia vertical”, a mais facil, a mais racional a que mais se coaduna com o instincto, a tendencia natural da criança, systema de ensino hoje seguido pela pedagogia hodierna - aproveitar o instincto, a tendencia natural da criança.

No meu artigo intitulado “Impressões sobre o ensino do Estado de S. Paulo”, publicado no “Jornal do Commercio”, de 9 de Julho de 1914, tive occasião de demonstrar, ligeiramente as vantagens desse caracter de letra observadas nos institutos de ensino daquelle progressivo Estado.

Hoje torno ao assumpto, desejosa de que os dirigentes da Instrucção de meu Estado, voltem para esse problema a sua attenção, livrando assim a infancia das deformações a que a calligraphia inclinada ou “ingleza” a arrasta.

A escripta é a arte de perpetuar o nosso pensamento, é um dos meios de communicação de nosso espirito, deve, pois ser facilitada, o mais possivel, para que se propague com mais rapidez.

Hoje ainda restando laivos de aversão á escola, pois era ella apontada pelos pais como castigo á criança traquinas, cumpre que empregemos todos os meios de facilitar o ensino. Todos os esforços devem ser envidados para que desapareça esse horror, esse estigma da escola antiga, moldando as de hoje pela pedagogia moderna, observando os preceitos e dictames, tornando a escola um centro de attracção, um remanso de paz, onde o affecto seja o vehiculo, o factor dirigente da instrucção, que o professor ministra depois de bem ponderar sobre o melhor methodo, o processo mais facil de trasmittir tal ou tal disciplina.

Na escola hodierna quem mais trabalha é o professor, a elle compete buscar todos os meios de facilitar o trabalho do alumno, e não lhe

sobrecarregar a memoria forçando-o a decorações, com resultado deprimente do raciocínio: cumpre-lhe suavisar o mais possível o ensino, para que o alumno se apegue, se affeioe à escola.

Pensando assim, julgo que a “calligraphia inclinada” denominada “cursivo inglez”, deve ser substituida pela “calligraphia vertical”, ou “franceza” muito mais pratica, facil e perfeitamente adaptavel ás nossas escolas primarias.

Não tem ella a belleza e a elegancia do cursivo inglez, mas tem vantagens sobre este, e neste ponto devemos visar antes o lado pratico que o esthetico.

Não só é de facil aprendizagem, como tive o ensejo de apreciar na escola modelo “Caetano de Campos” em S. Paulo, pois, em quinze dias, crianças que no inicio das aulas mal pegavam no lapis, já escreviam com lettra sufficientemente intelligivel! A “calligraphia vertical” elimina os perigos a que a “calligraphia inclinada” conduz a infancia, justamente na phase em que o tecido osseo facilmente se deforma, obedecendo ás posições forçadas que este typo de lettra obriga.

Crianças ha que entram para a escola perfeitas e de lá sahem soffrendo da vista, myopes (em grande numero) ou trazendo a aberração da columna vertebral; correndo tudo isso por conta da posição obliqua da “calligraphia inclinada”.

Além disso, a escripta inclinada obriga a descançar naturalmente o peso do corpo do lado esquerdo, e por mais cuidado que tenha o professor em observar a posição do alumno, por mais vigilancia que elle exerça, não póde evitar que este apoie a parte esquerda do thorax na borda da carteira ou mesa, comprimindo as costellas, obstando assim o bom funcionamento do aparelho respiratorio.

Vemos, pois que esse problema de hygiene é digno de attenção.

As inconveniencias que aponto não são meios unicamente persuasivos de quem faz propaganda, mas sim, resultantes da observação e conclusão da leitura.

(continua).”

“Conclusão do artigo sob o titulo - EM PROL DO ENSINO PRIMARIO, - da distincta Professora D. Antonia Ribeiro de Castro Lopes, directora da Escola Complementar 15 de Novembro, e publicado no “Jornal do Commercio”.

Na França onde os problemas de hygiene escolar merecem toda a attenção, tem sido observado que o desvio da columna vertebral e a myopia são molestias oriundas das escolas.

O Dr. Dujardin- Baumetz verificou que em uma escola normal feminina, sobre 20 alumnas observava-se em 17 o desvio da columna vertebral; em outra, a proporção era de 19 sobre 20, e em uma terceira, observou elle que essa deformidade era total.

Vemos, pois que a escripta vertical, cuja posição é natural, não exige sacrificio, esforço do alumno, é o unico meio de corrigir o mal que se propaga. Além disso ella permite facilmente o ambidextrismo, theoria hoje proclamada como unico meio de desenvolvimento harmonico das circumvoluções cerebraes, pois não ignoramos que o hemispherio esquerdo é o factor dirigente da mão direita na execução dos múltiplos trabalhos que lhe são confiados e por ella executados com precisão.

Sabemos outrosim, que a esse hemispherio é confiado o prodigioso mecanismo da linguagem articulada, descoberta essa devida a Broca, assim como está actualmente provado que pela educação da região que corresponde ao hemispherio direito, podemos readquirir a flexão da linguagem nos casos de decadencia dessa, nos dextros aphasicos.

A aprendizagem da “calligraphia vertical” faculta o desenvolvimento do ambidextrismo, cujas vantagens são concludentes.

Citarei, comprovando as vantagens do ambidextrismo, o facto extraordinario que em uma revista colhi. O desenhista Daniel V. tinha sómente vinte annos quando a paralytia o atacou em plena celebridade.

Todo o lado direito do seu corpo estava condemnado a uma inacção completa. Com uma arrogante energia, aos trinta annos, esse mestre de desenho recomeçou a sua educação. Pouco a pouco, a sua mão esquerda

aprendia a traçar linhas rectas e curvas. Após dous annos de trabalho encarniçado, Daniel V. - tornava-se Daniel VI!

Conscia de que compete ao professor proclamar, diffundir os methodos e processos, mais vantajosos, as modificações e as innovações que a evolução pedagogica nos mostrar, na fôrma de prestar algum serviço ao meu torrão, sigo a directriz que a consciencia me traça, embora como trombeta que ecoa no deserto, correndo o risco da critica, plano inclinado em que resvala todo aquelle que se aventura a uma forma.

Não é novidade, bem o sei, o typo calligraphico cujas vantagens proclamo, pois foi o adoptado até quasi o terminar do século XVIII.

Nada mais é necessario para provar isso do que visitar a collecção de autographos expostos na Bibliotheca Nacional.

Alli se vêem assignaturas de Luiz XIII, em escripta vertical, assim como as de Pascal, Boileau, Racine e Mme, Sevigné provando que a maioria dos autores da epoca classica adoptavam a “calligraphia vertical”.

A Inglaterra, a Allemanha, o Japão e alguns paizes da America já abraçaram esse character de letra e, S. Paulo, que é o iniciador de todas as ideas progressistas, já o introduzio em suas escolas, como acima disse, e bem- assim o ambidextrismo.

Em Pariz foi fundada em 1806 uma liga para a sua propagação, denominada “Liga Gratuita para a escripta vertical”, que conta com o apoio de professores eminentes, membros da Academia de Sciencias, da Academia de Medicina, da Academia franceza, etc.

Sigamos o exemplo desses cultos, experimentemos, implantemos em nosso Estado as ideas progressistas”.

(2) Em carta-resposta ao Director do Liceu e Escola Normal, o Prof. Hamberger escreve:

“III^{mo} Sr. Director da Escola Normal de Campos.

Para corresponder ao pedido de V. S^a e na qualidade de professor de Calligraphia e Desenho deste Estabelecimento, sobre o metodo de escrita vertical redonda do Sr. A. Teixeira, adoptada no curso primario do Estado de Minas, venho ponderar o que a pratica do ensino simultaneo de Calligraphia e Desenho durante 18 annos fez-me observar.

Em todos os tempos a linha vertical e as curvas derivadas da circumferencia foram consideradas excessivamente difficeis de serem executadas com rapidez, perfeição e symetria, razão por que o calligrapho francez Barbedor, depois de ter inventado o character Ronde para substituir o gothico antigo, ora empregado no uso commum, e cujo typo de lettra foi adoptado pelo parlamento francez como typo nacional, em vista das difficuldades que offerecia na sua formação, estabeleceu a lettra deitada, que elle levou para a Inglaterra que, reconhecendo a sua vantagem, empregou-o para a sua escrita commercial, o que lhe valeu o nome de lettra ingleza.

No século 16^o generalisou-se a escrita obliqua; mais tarde os allemães, que conservavam o character vertical (antigo gothico) adoptaram a inclinação de 52^o.

Nos diversos estabelecimentos officiaes e particulares, onde me foi confiado o ensino de desenho, encontrei sempre difficuldade na formação das linhas verticais parallelas ao contrario da linha obliqua, que se forma naturalmente pelo movimento dos dedos e da mão.

No meiado do seculo passado a lettra ingleza soffreu uma modificação que a tornou ainda mais facil e mais rapida, perdeu as grandes curvas, que foram substituidas por ligeiras curvas angulosas e foi denominada cursivo moderno. É o character que usei e uso com vantagem nesta Escola e cujos resultados podem ser verificados pelos documentos archivados nas Secretarias deste Estado e em muitas escolas primarias dirigidas por professores diplomados por esta Escola.

Passando a considerar as vantagens hygienicas da posição do corpo, comparativamente nas duas formas de escrita, vertical e obliqua, não posso absolutamente concordar com a primazia da vertical.

Em todos os tempos a posição do corpo, do papel, o modo de pegar na penna foram uma questão capital, com o fim de obter um bom delineamento e ao mesmo tempo evitar as consequências resultandas de uma má posição.

O cursivo moderno recommenda a posição vertical do corpo, perpendicular ao assento, ligeiramente obliqua para a esquerda, as pernas perpendiculares ao chão com o pé esquerdo ligeiramente para a frente, para maior firmeza e descanso, o braço esquerdo descansando na beira da meza para dar um ponto de apoio ao corpo e deixar o braço direito livre e desembaraçado.

A diferença de posição para a vertical é tão de minuta que não se pode atribuir vantagem a esta ultima, alem de que, na escrita obliqua a mão leva o braço horizontalmente sem esforço ao contrario da vertical onde o braço é que arrasta a mão na mesma direção.

Sr. Director, os defeitos que possam ser attribuidos a escrita inclinada serão os mesmos para a vertical, talvez em maior numero para esta, porque a creança terá maior facilidade a debruçar completamente sobre a meza.

A questão é entregue aos professores que, na sua maior parte, pela grande quantidade de alumnos que são obrigados a ter debaixo da sua vigilância não podem fiscalizar propriamente a aula de calligraphia que, alias, occupa muito pouco tempo das horas geraes do ensino, o que não se dá em curso particular ou mesmo na própria Escola Normal, durante as aulas desta disciplina.

Nas minhas apostilas ditadas há 18 annos, no inicio deste curso e repetidas todos os annos, encontrará V. S^a os preceitos a observar no delineamento, fazendo um estudo especial sobre a posição do corpo, papel e modo de pegar na penna.

Creio, Sr. Director, com esta exposição, ter correspondido ao vosso desejo.

Saude e Fraternidade

Carlos Hamberger”

Ao analisar os dois discursos apresentados, podemos observar algumas similitudes, principalmente na argumentação, que se apóia tanto em

observações empíricas – fruto da longa experiência de trabalho de cada um deles - como em trabalhos científicos. Ambos, também, apelavam aos conhecimentos pedagógicos numa perspectiva internacional, principalmente européia, embora Antonia Lopes afirmasse conhecer -além do método usado no "progressivo estado" de São Paulo - também o que ocorria em alguns países latino-americanos e no Japão e baseasse parte do seu discurso em leituras de revistas especializadas. Os dois, ainda, apelavam à história da caligrafia para justificar o uso da letra que cada um defendia. Por último, ambos apoiavam sua argüição num discurso eminentemente médico, amparado em preceitos de saúde e higiene.

Obviamente, havia entre ambos os discursos muitas questões de distanciamento, principalmente nos diferentes pontos de vista defendidos em relação ao tipo de caligrafia mais adequado para ser utilizado na escola primária, e normal. O principal, como já anunciado, diz respeito ao tipo de letra e às vantagens e desvantagens que seu uso provocava nas crianças.

Antonia Lopes destacava a beleza e elegância da caligrafia inclinada, ou cursivo inglês, mas denunciava as deformações que produzia sobre a infância, dentre as quais a miopia, o desvio da coluna vertebral, problemas no tecido ósseo e dificuldades no aparelho respiratório. Já a caligrafia vertical era por ela considerada prática, fácil e adaptável às escolas. E um ponto forte da sua argumentação, que a torna bastante original em relação a outros trabalhos que abordam o uso da caligrafia vertical, se centra na questão do ambidestramento, quando afirmava que a caligrafia vertical o favorecia, provocando, ainda, o "*desenvolvimento harmonico das circumvoluções cerebraes*". Por outro lado, interessante se torna a descrição do estigma que a escola carregava, como um lugar disciplinador, de "*castigo a crianças traquinas*" e o convite ao trabalho docente para acabar com lições que se apoiavam apenas no exercício da memória e na repetição. Por último, podemos observar que seu discurso se dirigia a um público amplo, na tentativa de atingir toda a população letrada da região e que, paralelamente, fazia um apelo direto às autoridades da educação estadual.

Já Carlos Hamberger defendia a letra cursiva inclinada, também denominada cursiva inglesa e, ainda, cursivo moderno. Era incrédulo a

respeito das desvantagens geralmente atribuídas à caligrafia que ensinava, argumentando que esta caligrafia também apelava a uma correta posição corporal⁹ e considerando ser "*deminuta*" a diferença postural entre ambas. Chegou a considerar, ainda, que a caligrafia vertical podia provocar maiores problemas, já que a criança debruçar-se-ia sobre a mesa. Num apelo à tradição, e à sua própria e longa experiência como professor da disciplina, destacou que trabalhava com as mesmas apostilas há 18 anos, como exemplo do cuidado tido com a posição do corpo, do papel e da forma de segurar a pena. Num claro arrebatado de exagero, ainda considera que estes elementos se constituem numa "questão capital" da caligrafia "em todos os tempos". O discurso desse professor do Liceu de Humanidades de Campos e da Escola Normal, como já afirmamos, se direciona ao diretor dos estabelecimentos. Apresenta nítidas características de resposta a um questionamento do dirigente, que parecia ter abordado a reforma da caligrafia que já tinha se generalizado no estado de Minas Gerais¹⁰. Aproveita o momento e critica a pouca atenção despendida à disciplina no currículo formal das escolas públicas primárias.

A matéria do jornal e a "carta-resposta" nos instigam a pensar nas trocas culturais que se davam no Brasil naquele momento e que provocavam nos professores expectativas, dúvidas e/ou resistências. E, de forma especial, no movimento de idéias pedagógicas renovadoras que circulavam em 1915 em São Paulo, já que foi após viajar a essa cidade que a Professora Antonia Lopes fez publicar os artigos.

Por fim, depreendem-se da análise dos discursos dois assuntos que merecem atenção especial: a influência do higienismo no pensamento educacional da época e o uso de periódicos e jornais para a circulação de idéias pedagógicas.

⁹ Caberia à professora ou professor zelar pela correta postura da criança.

¹⁰ De acordo com Faria Filho, no ano de 1906 houve uma ampla reforma da Instrução Primária e do Ensino Normal, em MG, onde se adotou a caligrafia vertical como escrita da escola primária.

Caligrafia vertical, ou caligrafia inclinada? O discurso escolar higienista

Faria Filho (1998) afirma que a discussão sobre o uso da escrita vertical na escola primária mineira era, no início do século XX, uma preocupação de educadores e médico-higienistas, dentre outros profissionais, de muitos países ocidentais.

A abordagem propiciada pelos documentos produzidos pelos dois professores de Campos, na mesma época¹¹, nos remete, portanto, a um movimento fortemente presente no Brasil da época, qual seja o movimento higienista.

Julgamos relevante apontar, nesse trabalho, algumas considerações sobre o discurso escolar higienista que, desde finais do século XIX, interferiu profundamente na nova organização proposta para a escola e em suas práticas pedagógicas, dentre elas a escrita.

Ajuda-nos nesta tarefa o livro do Dr. J. P. Fontenelle, Doutor em Medicina, Inspector Sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública e Docente de Hygiene da Escola Normal do Districto Federal, intitulado *Compendio de Hygiene*, publicado em 3ª edição em 1930. No item denominado *Methodos de escripta*, assim se expressa:

“Dois são os methodos de escripta geralmente adoptados: a escripta inclinada ou obliqua e a escripta direita ou vertical. A “escripta vertical” era a primitiva, do tempo em que todos escreviam com penna de pato. Depois da invenção da penna de aço, que permittiu o trabalho de escripta bem mais rapido, foi muito natural que a escripta se inclinasse da esquerda para a direita, isto é, na direcção do movimento. Importada da Inglaterra para a França, teve a “escripta inclinada” o exito de tudo que é estrangeiro, passando a ser moda e diffundindo-se por toda parte. Taes foram, porém, os inconvenientes verificados pelos trabalhos de escolaridade, sobretudo no que respeita á escripta, que se desenhou um movimento procurando attenuar taes maleficios, movimento iniciado pela escriptora George Sand, que lançou a formula “papel direito, corpo direito e escripta direita”, adoptado, mais tarde, por varios congressos de hygiene escolar [...]. Para escolher qual dos dois methods devemos preferir e recommendar nas escolas, precisamos attender á influencia de ambos sobre a columna vertebral e a apparelho da visão” (p.837-840).

¹¹ Embora a carta de Hamberger não esteja datada, dado o conhecimento de que foi nomeado em 1897 para o cargo de professor da cadeira de Caligraphia, Desenho Geometrico e de Ornato da Escola Normal de Campos e de que há 18 anos ensina a caligrafia inclinada, foi possível inferir que é de 1915.

Após várias considerações baseadas nos movimentos do braço e da cabeça da criança durante o ato de escrever vertical e obliquamente, o médico atribui o grande número de crianças míopes *“ao trabalho a curta distancia e continuado por muito tempo [...], à iluminação deficiente, aos livros impressos em caracteres muito pequenos ou pouco nítidos, à má posição do corpo durante a escrita e ao horizonte visual muito limitado”* (pp. 430, 431). Diz, enfaticamente: *“A escripta, na escola, póde [...] determinar a myopia si é feita em carteira defeituosa, ou em posição inconveniente, obrigando o alumno a abaixar demasiadamente a cabeça”* (p. 431). Sobre as deformações observadas na coluna vertebral dos escolares, em especial a escoliose, assim diz: *“a causa mais frequente da escoliose escolar é a attitude defeituosa mantida pelos alumnos durante os trabalhos na carteira, pelo que é até denominada doença profissional dos escolares [sendo] as escolas fabricas de myopes e de tortos”* (p. 823). E acrescenta mais um dado à sua defesa pelo uso da caligrafia vertical ou simétrica ao relatar que *“a circulação e a respiração fazem-se irregularmente, nas posições asymetricas, produzindo desastrosos efeitos sobre a saúde em geral. Especialmente em relação á perturbação da respiração”* (p. 836).

Apesar das recomendações do Dr. Fontenelle serem datadas de 1930, é preciso levar em consideração ser a obra consultada uma terceira edição, o que nos faz supor que as anteriores possam ser próximas da época em que Antonia Lopes publicou seu artigo em defesa da caligrafia vertical.

Tomando parte do discurso da professora/diretora,

“Crianças ha que entram para a escola perfeitas de lá sahem soffrendo da vista, myopes (em grande numero) ou trazendo a aberração da columna vertebral; correndo tudo isso por conta da posição obliqua da ‘caligraphia inclinada’. Além disso, a escripta inclinada obriga a descançar naturalmente o peso do corpo do lado esquerdo [...] comprimindo as costellas, obstando assim o bom funcionamento do aparelho respiratorio”

encontramos, nele argumento bem semelhante ao apresentado pelo médico: para a saúde física do escolar, a caligrafia vertical!

A coluna ENSINO PRIMÁRIO do Jornal Monitor Campista como estratégia de divulgação de idéias pedagógicas e como fonte de pesquisa para a produção de uma memória educacional – Considerações finais

As referências a modelos de escrita adotados na França e na Inglaterra, usadas pela professora Antonia Lopes, assim como as experiências de São Paulo, são percebidas como argumentos para legitimar um discurso “renovador”. Tentam evidenciar modelos, teorias e experiências bem sucedidas, para sugerir a necessidade de mudança no ensino das escolas primárias públicas do estado do Rio de Janeiro. Demonstram, claramente, o alcance da circulação de idéias pedagógicas para além dos grandes centros urbanos do Brasil.

Levando em consideração o que diz Fernandes (2004), que “*a imprensa de educação e ensino pode ser destacada para a compreensão das formas de funcionamento do campo educacional*” [...] e “*a coluna do jornal pode ser percebida como espaço de confluências e disputas e também como lugar onde estão em jogo diferentes interesses que levam à construção do discurso pedagógico*” (p. 164), este trabalho também se preocupa em abordar o uso da imprensa periódica como estratégia de propaganda de idéias renovadoras em educação.

O tom de debate teórico e a proposta de mudança pedagógica sustentada por Antonia Lopes em seu artigo demonstram que a professora utilizava as páginas de um jornal de grande circulação na época como forma de difundir conhecimentos “*resultantes da observação e conclusão da leitura*”. Podemos inferir, portanto, que a mestra repetia, em Campos, uma prática usada a partir do final do século XIX nas grandes cidades¹².

Escrever e tornar públicas suas idéias e reflexões sobre escola, ensino e aprendizagem evidencia a participação ativa da Prof^a Lopes na produção de um campo sócio-profissional, desde o momento em que considera que é competência do professor “*proclamar, difundir os methodos e processos*

¹² Estamos nos referindo às revistas pedagógicas que circularam em determinadas capitais brasileiras com o objetivo de propagar mudanças e novidades no âmbito pedagógico, assim como denunciar ou lutar por melhores condições de trabalho para o professor (Fernandes, 2004).

mais vantajosos, as modificações e as inovações que a evolução pedagógica nos mostrar....”.

Ao encontrar, ocasionalmente, o artigo da Prof^a Lopes, já que o que nos preocupava na consulta ao Monitor Campista era reunir dados sobre o cotidiano da Escola Normal de Campos¹³, começamos a perceber a incidência de artigos sobre educação publicados no referido jornal, o que veio a ratificar a importância deste na propagação de um ideário pedagógico na cidade/região.

Muitas das considerações a respeito da produção intelectual sobre educação e ensino em geral, nos primeiros anos da década de 1920 e sobre o movimento feminista, nos anos 1930, foram produzidas por Antonia Lopes através de artigos no Monitor Campista. Antes dos escritos da professora, ainda encontramos no jornal variadas matérias e colunas dedicadas ao ensino e uma preocupação constante com a divulgação e/ou crítica de reformas pedagógicas adotadas no Estado, evidenciando diferentes concepções de escola e sociedade.

Portanto, indiscutivelmente, podemos afirmar que esse jornal tem desempenhado, na cidade de Campos, papel similar ao exercido pelas numerosas revistas que foram publicadas no Brasil, como por exemplo, a *Revista de Ensino*, em São Paulo, e a *Revista Pedagógica*, no Rio de Janeiro.

Em relação aos efeitos inovadores que a denúncia da professora teve sobre as práticas de escrita na escola primária do Estado do Rio de Janeiro, ainda não chegamos a uma resposta conclusiva. Entretanto, como tentamos demonstrar ao longo do trabalho, constatamos que teve, sim, repercussões – ao menos no plano das idéias - em outro espaço escolar, aquele que se ocupava, precisamente, da formação das professoras primárias, mesmo que através de uma postura de resistência por parte do professor que ministrava

¹³ Estudos realizados, a partir do ano de 2000, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), têm resgatado a história da educação fluminense na vertente da Formação de Professores, levantando fontes de pesquisa e dando continuidade a uma ainda tímida historiografia sobre a formação docente nesse estado, posto que muitas das pesquisas empreendidas se limitam ao acontecer na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, no antigo Distrito Federal. Estes estudos estão vinculados ao grupo de pesquisa Educação, Sociedade e Região, coordenado por uma das autoras desse artigo, Sílvia Alicia Martínez, do Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem (LEEL) do Centro de Ciências do Homem (CCH), que pretende estudar as Instituições Escolares no Norte Fluminense, tendo iniciado com o estudo da Escola Normal de Campos. A outra autora, da mesma instituição, mestre em Educação pela UFF, é integrante do grupo de pesquisa em questão.

a disciplina Caligrafia. Ainda, e enunciada em forma de hipótese, aventamos que a causa da retirada desta matéria de ensino do currículo do curso da Escola Normal de Campos, no ano de 1919, possa ter relação com este debate.

Por último, queremos reiterar a importância das revistas, periódicos e jornais de grande circulação, assim como dos manuais, para os trabalhos de pesquisa em história da educação, ampliando o leque de fontes de investigação, e permitindo o contato com as idéias que circulavam, provocando debate, confronto, aceitação... enfim, conformando o âmbito pedagógico. Nesse sentido, reiteramos a importância do jornal Monitor Campista para a produção de uma memória da história da educação local.

Bibliografia

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1990.

CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita. Ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, SBHE, Campinas: Autores Associados, Nº 5, jan./julho 2003, pp 94-123.

CHARTIER, R. La historia cultural redefinida: prácticas, representaciones, apropiaciones. **Punto de Vista** No. 39, dic 1990, pp. 43-48.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, pp 143-179.

FARIA FILHO, L. Ensino da Escrita e escolarização dos corpos: uma perspectiva histórica. In: FARIA FILHO, L. **Modos de ler. Formas de escrever. Estudos de História da Leitura e da Escrita no Brasil**. Belo Horizonte, Autentica, pp 29-46.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. A "santa causa da instrução" e o "progredimento da humanidade". *Revistas pedagógicas e construção do*

conhecimento pedagógico no Brasil e Portugal no final do século XIX. Rio de Janeiro, PUC-Rio, **Tese de Doutorado**, 2004.

FONTENELLE, J. P. **Compendio de Hygiene**. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1930, 3ª ed.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. SBHE, Campinas: Autores Associados, Nº 1, jan/junho, 2001.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 1998.

MARTINEZ, S.A. e BOYNARD, M. A. P. Atrás da Casa-Grande: memória, gênero e espaço escolar da Escola Normal de Campos (1894-1954). **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação escolar em perspectiva histórica**. Curitiba, CDRom, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os Sentidos da Alfabetização. São Paulo 1876-1994**. São Paulo: editora UNESP: CONPED, 2000.

VIDAL, D e GVIRTS, S. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880-1940. **Revista Brasileira de Educação**, Nº 8, maio-ago, 1998, pp. 13-30.

VIDAL, D. Cultura escolar: um estudo sobre as práticas escolares de escrita na escola francesa e brasileira no fim do século XIX. In: ALMEIDA, M. (org.) **Escola e Modernidade: saberes, instituições e práticas**. Campinas, Alínea, 2004, pp. 17-30.

VIDAL, D. Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. **Revista da Faculdade de Educação**, vol. 24, Nº 1, São Paulo, jan-jul 1998.